



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Mário era um jovem atleta que, nas horas vagas, conseguia um lucro extra vendendo brigadeiros “especiais”. Em 10 de maio de 2018, estava atrasado para o treino e solicitou que sua mãe Lívia realizasse a entrega de duas bandejas com 100 (cem) brigadeiros cada na casa de dois clientes. Lívia, muito contente pelo esforço do filho, prontamente aceitou a tarefa. Ocorre que, pouco antes de chegar no local da entrega, e sem ter vendido qualquer brigadeiro, Lívia foi surpreendida pela polícia e, ao revistarem seus pertences, constataram que os brigadeiros estavam recheados de substância entorpecente que aparentava ser maconha. Lívia foi imediatamente encaminhada à Delegacia e, no exame material da substância, fora constatado que cada brigadeiro continha cerca de 5 gramas de maconha. Em seu interrogatório, Lívia informou que não tinha qualquer conhecimento da existência de substância entorpecente dentro dos brigadeiros e, inclusive, disse estar muito decepcionada com seu filho Mário. Ato contínuo, foi lavrado o auto de prisão em flagrante e o feito foi encaminhado a 5ª Promotoria de Justiça da Cidade de Itu/SP que denunciou Lívia pela prática do delito previsto no artigo 33 da Lei 11.343/2006 junto ao juízo da 10ª Vara Criminal de Itu/SP. Lívia teve sua liberdade provisória concedida, mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas. Após a devida citação e apresentação de sua defesa, foi realizada audiência de instrução e julgamento. Considerando a pauta atrasada, foram ouvidas as testemunhas de defesa, seguidas pelas de acusação. O defensor de Lívia fez constar em ata sua irresignação. Em seu interrogatório, Lívia reafirmou que não tinha qualquer consciência de que os brigadeiros comercializados continham substância entorpecente e que jamais poderia imaginar, afinal, seu filho sempre teve um comportamento exemplar. Com o laudo toxicológico definitivo positivo, o Ministério Público pugnou pela condenação de Lívia nos exatos termos da denúncia. Em seguida, a defesa técnica de Lívia foi intimada, em 20 de agosto de 2024, terça-feira, para apresentação da medida cabível.

Considerando apenas as informações expostas, apresente, na condição de advogado(a) de Lívia, a peça jurídica cabível, diferente do habeas corpus e embargos de declaração, expondo todas as teses cabíveis de direito material e processual. A peça deverá ser datada no último dia do prazo para apresentação, devendo segunda a sexta-feira serem considerados dias úteis em todo o país. (Valor: 5,00)

Obs.: o examinando deve abordar todas os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Luís foi definitivamente condenado pela prática do crime previsto no artigo 157, §2º V do Código Penal às penas de 05 anos e 04 meses de reclusão e ao pagamento de 20 dias- multa. Após ter cumprido quatro anos de reprimenda, em 10 de janeiro de 2024 foi publicado um Decreto prevendo a concessão de indulto ao condenado à pena privativa de liberdade não superior a 8 anos, que tivesse cumprido 1/3 de pena, se primário, e 1/2 se reincidente. Para além disso, era necessário que o apenado não tivesse recebido qualquer sanção pela prática de falta grave nos últimos 12 meses anteriores ao indulto. Acreditando preencher os requisitos necessários, o advogado de Luís realizou pedido ao juízo competente. Porém, o pedido foi indeferido, considerando que Luís havia praticado falta grave 3 dias após a publicação do decreto.

Considerando apenas as informações expostas, na qualidade de advogado (a) de Luís, responda aos itens a seguir:

- a) Qual a medida processual, diferente de habeas corpus, deve ser adotada pelo advogado de Luís? Qual seria o prazo?
- b) Luís preenche os requisitos para o indulto??

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marineide está se divertindo em sua festa de aniversário quando se depara com sua rival Lucicrécia que havia entrado na celebração sem ter sido convidada. Enfurecida, absolutamente tomada pela raiva e objetivando matar Lucicrécia, Marineide alcança a faca do bolo e tenta desferir diversos golpes em Lucicrécia. Após ver a rival muito apavorada e percebendo o excesso em sua ação, Marineide opta por não continuar e pede que o segurança retire Lucicrécia da festa. Lucicrécia sai correndo da festa e dirige-se imediatamente à delegacia. O feito é encaminhado à promotoria e Marineide é denunciada pelo crime de homicídio tentado. Após encerrada a instrução da primeira fase do Tribunal do Júri, Marineide é pronunciada.

Considerando apenas as informações expostas, na qualidade de advogado (a) de Marineide, responda aos itens a seguir:

- a) Qual o recurso cabível contra a que pronunciou Marineide? Qual o prazo?
- b) Qual a tese de defesa a ser apresentada?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

João, empresário do ramo de materiais de construção, representante legal da empresa, inseriu informações falsas em notas fiscais com o objetivo de subfaturar suas vendas, reduzindo o valor de tributos devidos. Após fiscalização da Receita Federal, foi apurado um prejuízo ao fisco. João foi notificado, e, antes de receber qualquer citação de procedimento judicial, pagou integralmente o débito tributário acrescido de juros e multa. No entanto, o Ministério Público denunciou João por crime contra a ordem tributária, e ele foi citado para apresentar resposta à acusação.

Considerando apenas as informações expostas, na qualidade de advogado (a) de João, responda aos itens a seguir:

- a) Qual tese de direito material poderia ser alegada em favor de João?
- b) A denúncia deverá ser aceita? Qual argumento processual poderá ser alegado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Carla foi vítima de agressões físicas, com tapas e murros, e humilhações e depreciações às suas crenças e comportamentos por parte de seu companheiro, José. Após mais uma agressão, Carla procurou a Delegacia de Defesa da Mulher e denunciou José. A autoridade policial lavrou boletim de ocorrência e instaurou inquérito policial para apurar os fatos. Carla, temendo pela sua integridade física, buscou a sua ajuda como advogado (a).

Considerando apenas as informações expostas, na qualidade de advogado (a) de Carla, responda aos itens a seguir:

- a) Quais providências processuais podem ser adotadas para garantir a proteção de Carla?
- b) Qual argumento material poderá ser alegado em favor de Carla?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

